



PARTE D

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

Despacho (extrato) n.º 4475/2013

Por despacho do Vice-Presidente do Conselho Superior da Magistratura de 18.03.2013, no uso de competência delegada, foi a Dra. Laura Tatiana Brandão Seara Abriel, Juíza de Direito em regime de estágio no Tribunal Judicial de Alcobaça, transferida, em idêntica situação, para o Tribunal Judicial de Coimbra, com efeitos a partir de 01 de abril de 2013.

18 de março de 2013. — O Juiz-Secretário, *Luís Miguel Vaz Fonseca Martins*.

206841044

CONSELHO SUPERIOR DOS TRIBUNAIS ADMINISTRATIVOS E FISCAIS

Deliberação (extrato) n.º 806/2013

Por deliberação do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais de 19 de fevereiro de 2013, em execução do Acórdão de 20 de junho de 2012, da Secção de Contencioso Administrativo do Supremo Tribunal Administrativo, foram graduados no Concurso para provimento de duas vagas de juiz na Secção de Contencioso Tributário do Tribunal Central Administrativo Norte, de duas vagas de juiz na Secção de Contencioso Tributário do Tribunal Central Administrativo Sul, das vagas que entretanto ocorram e das que, no período de validade do concurso, venham a ocorrer na Secção de Contencioso Tributário dos Tribunais Centrais Administrativos, Norte e Sul, e cujo preenchimento seja ajuizado pelo Conselho em função das necessidades de serviço, aberto pelo Aviso n.º 4689/2010, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 45, de 5 de março de 2010, pela ordem que segue, os seguintes juízes de direito:

- 1 — Nuno Filipe Morgado Teixeira Bastos
- 2 — Paula Fernanda Cadilhe Ribeiro
- 3 — Joaquim Manuel Charneca Condesso
- 4 — Jorge Alexandre Trindade Cardoso Cortês
- 5 — Pedro Nuno Pinto Vergueiro
- 6 — Paulo Heliodoro Pereira Gouveia
- 7 — Anabela Ferreira Alves e Russo
- 8 — Irene Isabel Gomes das Neves
- 9 — Fernanda de Fátima Esteves
- 10 — Catarina Alexandra Amaral Azevedo de Almeida e Sousa
- 11 — Sofia Ilda Moura de Mesquita da Cruz David
- 12 — Pedro José Marchão Marques
- 13 — Luísa Maria Balinha Soares
- 14 — Maria Cristina Flora Santos
- 15 — José Vital Brito Lopes
- 16 — Ana Celeste Catarrilhas da Silva Evans de Carvalho
- 17 — Deolinda da Conceição Ramos Caiiro Freitas Pinto
- 18 — Mário Manuel Feliciano Rebelo
- 19 — Hélder Frazão da Costa Vieira Bonito
- 20 — Ricardo Jorge Pinho Mourinho de Oliveira e Sousa
- 21 — Cristina Alexandra Paulo Coelho da Silva
- 22 — Cristina Maria Santos da Nova
- 23 — Paulo Augusto Cardoso de Moura
- 24 — Ana Cristina Gomes Marques Goinhas Patrocínio
- 25 — Bárbara de Aguiar Tavares Teles Themudo Santos
- 26 — Maria Teresa Caiado Fernandes Correia
- 27 — Maria Celeste Gomes Oliveira
- 28 — Maria do Rosário Meneses da Silva Pais
- 29 — Maria Cremilde Abreu Pinheiro Miranda Alves de Almeida
- 30 — Cláudia Sofia Martins Henriques de Almeida
- 31 — Margarida Maria da Costa Reis Canada de Abreu
- 32 — Ana Maria Marques Flório Pinhol
- 33 — António Augusto Cabral Ziegler Patkocz

20 de março de 2013. — O Presidente do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, *António Francisco de Almeida Calhau*.

206846642

Deliberação (extrato) n.º 807/2013

Por deliberação do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, de 19 de fevereiro de 2013, em execução do Acórdão de 20 de

junho de 2012, da Secção de Contencioso Administrativo do Supremo Tribunal Administrativo:

Dr. Nuno Filipe Morgado Teixeira Bastos, juiz de direito, em comissão permanente de serviço, do Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra (área do contencioso tributário) e atualmente a exercer funções, em comissão de serviço, como docente do Centro de Estudos Judiciários — nomeado, em comissão permanente de serviço, juiz desembargador da Secção de Contencioso Tributário do Tribunal Central Administrativo Norte, mantendo comissão de serviço no Centro de Estudos Judiciários.

Dra. Paula Fernanda Cadilhe Ribeiro, Juíza de direito, em comissão permanente de serviço, do Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela — nomeada, em comissão permanente de serviço, Juíza desembargadora da Secção de Contencioso Tributário do Tribunal Central Administrativo Norte.

Dr. Joaquim Manuel Charneca Condesso, juiz de direito, em comissão permanente de serviço, do Tribunal Tributário de Lisboa — nomeado, em comissão permanente de serviço, juiz desembargador da Secção de Contencioso Tributário do Tribunal Central Administrativo Sul.

Dr. Jorge Alexandre Trindade Cardoso Cortês, juiz de direito, a título definitivo, do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa e atualmente a exercer funções, em comissão de serviço, como docente do Centro de Estudos Judiciários — nomeado juiz desembargador da Secção de Contencioso Tributário do Tribunal Central Administrativo Sul, mantendo comissão de serviço no Centro de Estudos Judiciários.

As presentes nomeações, às quais o Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais atribui efeitos retroativos, são reportadas à data de 3 de novembro de 2010, ao abrigo do regime previsto no artigo 128.º, n.º 2, alínea a), do Código do Procedimento Administrativo.

20 de março de 2013. — O Presidente do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, *António Francisco de Almeida Calhau*.

206846975

MINISTÉRIO PÚBLICO

Procuradoria-Geral da República

Conselho Superior do Ministério Público

Deliberação (extrato) n.º 808/2013

Por deliberação do Conselho Superior do Ministério Público de 19 de março de 2013 e nos termos do artigo 125.º, n.º 1, do Estatuto do Ministério Público, é nomeada, em comissão de serviço, a procuradora-geral adjunta, Lic. Maria Cândida Guimarães Pinto de Almeida para os Supremos Tribunais, com efeitos a partir de 11 de março de 2013.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

20 de março de 2013. — O Secretário da Procuradoria-Geral da República, *Carlos Adérito da Silva Teixeira*.

206846326

Deliberação (extrato) n.º 809/2013

Deliberação do Conselho Superior do Ministério Público de 19 de março de 2013:

Renovada por mais três anos, a comissão de serviço, que vem exercendo a seguinte magistratura:

Licenciada Maria José Capelo Rodrigues Morgado — Procuradora-Geral Adjunta, a exercer as funções de Diretora do Departamento de Investigação e Ação Penal de Lisboa, com efeitos a partir de 17/04/2013.

Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.

20 de março de 2013. — O Secretário da Procuradoria-Geral da República, *Carlos Adérito da Silva Teixeira*.

206846261